

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CLP

REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Do Sr. Glauber Braga)

Requer a realização da 2ª Edição da “Virada Parlamentar Sustentável”, com a promoção de eventos nos mais diversos espaços da Casa, a serem realizados durante o mês de maio e junho de 2024.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Legislação Participativa, a realização da 2ª Edição da “Virada Parlamentar Sustentável”, com a promoção de eventos nos mais diversos espaços da Casa, a serem realizados durante o mês de maio e junho de 2024.

JUSTIFICAÇÃO

I – Contexto

As eleições de outubro de 2022 reiniciaram o ciclo de políticas públicas, com a esperada renovação de quadros e de propostas para o Executivo e para o Legislativo no Âmbito Federal. As primeiras análises feitas por especialistas mostram um Parlamento com perfil conservador e pouco aderente às pautas socioambientais e climáticas. Por isso, buscamos representantes que se animem a apresentar uma agenda propositiva – articulada entre organizações e movimentos da sociedade civil – para a 57ª Legislatura (2023-2026) no âmbito Federal, com ênfases em temáticas relativas à mudança climática, à sustentabilidade ambiental e aos direitos humanos correlacionados.

Em um Congresso Nacional mais conservador e menos aderente às pautas socioambientais e climáticas, foi realizada nos meses de junho, julho, agosto e setembro de 2023 a 1ª edição da “*Virada Parlamentar Sustentável – VPS*”. A VPS trata-se de um amplo movimento da sociedade civil organizada, liderado pelo Instituto Democracia e Sustentabilidade no âmbito da Rede Advocacy Colaborativo (RAC), com o intuito de reunir e debater as principais agendas socioambientais no Parlamento nacional.

É um desafio e tanto, considerando a urgência do enfrentamento à mudança climática, a necessidade de reverter os retrocessos sofridos sobretudo durante a última gestão do governo



federal, e o perfil mais conservador do atual mandato legislativo. Trazer parlamentares de todo o espectro político e ideológico para o campo da sustentabilidade é, portanto, um dos grandes anseios deste movimento, a fim de formar maiorias que viabilizem avanços na agenda socioambiental brasileira.

Para a VPS, reside no Congresso Nacional a chave para a transição verde, por meio da criação de um arcabouço legal para as políticas públicas necessárias. Embora seja grande o desafio, o movimento conta com um contexto atual favorável, em que o Brasil volta a ocupar uma posição relevante no cenário internacional em relação aos temas ambientais e climáticos, enquanto as políticas social e ambiental internas se reestruturam.

A mobilização da sociedade civil organizada no evento superou as perspectivas iniciais, o que levou ao aumento na sua duração, estendendo-se até setembro de 2023. Houve adesão de 65 organizações de todo o País, que protagonizaram uma intensa programação de painéis e debates na Câmara dos Deputados e no Senado.

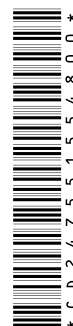
Esta agenda envolveu parlamentares, membros do Executivo Federal, movimentos, coletivos e organizações sociais e acadêmicas em torno de temas como proteção das águas, dos biomas e dos animais, combate ao desmatamento, promoção da sociobiodiversidade, participação cidadã, desenvolvimento da economia verde, transição energética, combate à mudança climática e segurança alimentar.

A partir dos eventos realizados com o apoio dos gabinetes e comissões parlamentares, uma série de matérias legislativas foram mapeadas e compõem o inventário de uma agenda socioambiental positiva para a pauta da 57ª legislatura.

Nesse cenário, é o presente para solicitar a realização nessa Comissão da 2ª edição da Virada Parlamentar Sustentável para que possamos dar continuidade aos debates iniciados no ano de 2023.

II - Objetivos

- **Mobilizar sociedade e mídia para pautas Climáticas e Socioambientais estratégicas e propositivas em debate no Congresso Nacional;**
- **Monitorar o avanço da agenda legislativa socioambiental com uso de dados e inteligência política.**
- **Ampliar a base de apoio parlamentar para as pautas sustentabilistas (Clima, Meio Ambiente e Direitos Socioambientais) ao longo da 57ª legislatura, criando espaço para engajar novos parlamentares (de centro e centro direita) nas pautas climáticas e socioambientais;**



- **Aumentar a sinergia e incidência de organizações da sociedade civil que priorizam pautas correlacionadas à agenda de clima e meio ambiente no Congresso;**
- Mobilizar a sociedade, por meio da mídia, para pautas climáticas e socioambientais estratégicas, propositivas e, principalmente, em debate no Congresso Nacional;
- Criar canais de interlocução direta entre parlamentares e segmentos da sociedade diretamente afetados por iniciativas legislativas no campo socioambiental;

III - Eixos Estratégicos e ações

III.I. Proposta de Diretrizes para os eventos

- Oito semanas de eventos (entre 2 de maio e 28 de junho, 3as, 4as e 5as feiras) diretamente ligados a matérias legislativas relevantes existentes ou em consolidação;
- Eventos diversificados e com perfil mobilizador e educador-formativo para as equipes e assessorias parlamentares, sociedade civil organizada e grande público (palestras, lançamento de livros, seminários, mesas-redondas, debates, documentários, cine-debates);
- Eventos articulados e envolvendo ao menos dois deputados(as) e um(a) senador(a) "além dos verdes ", sempre que possível;
- Eventos realizados em horários complementares e não conflitantes;
- Agenda Artística & Cultural;
- Duas ou mais organizações parceiras âncora coordenando e co-patrocinando o evento, uma sendo o IDS;

Organizações proponentes confirmadas: Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), Avina, Instituto Internacional Arayara, Alianima, Paineis Mar, Cáritas, Observatório da Governança das Águas (OGA), Terrazul, Delibera, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, , Coalização Brasil Clima, Florestas e Agricultura, Instituto Clima de Eleição, Coalizão pelos Rios, Nossas, Rede de Advocacy Colaborativo (RAC), Grupo de Trabalho Para Uso e Conservação Marinha - GT-Mar, Soluções Inclusivas Sustentáveis (SIS), International Rivers, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Instituto Linha d'água, Instituto Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Painel Brasileiro para o Futuro do Oceano, Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), A Vida no Cerrado (AVINC).

Projetos de Lei já listados para atividades:



- 1) PEC 37/2021 - Lei Mais Urgente do Mundo, defende a inserção de garantia à “segurança climática” como direito fundamental na Constituição Federal;
- 2) PLS 2898/2019, PLP 4/2015 - Cide Tabaco;
- 3) PL 2183/2019, PL 8541/201 - Cide-Refri;
- 4) PL 880/2021 - Política Nacional de Promoção da Alimentação e dos Produtos da Sociobiodiversidade de Povos e Comunidades Tradicionais;
- 5) PL 4129/2021 - diretrizes gerais para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima;
- 6) PL 83/2022 - Auxílio Emergencial para Situações de Emergência Decorrentes de Secas e Enchentes (AESE), PL 19/2022: medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigar os impactos socioeconômicos da seca e das enchentes;
- 7) PL 4450/2021/ PL 4689/2019 - vedação de registro no Cadastro Ambiental Rural (CAR) de imóveis rurais em áreas protegidas e em florestas públicas não destinadas, suspensão de do CAR e do embargo automático remoto obrigatório no caso de desmatamento ilegal em imóveis rurais;
- 8) PL 486/2022 - sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária;
- 9) Lei do Mar - PL 6969/13 - Institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar);
- 10) PL 2838/2022; Taxonomia Ambiental e Social de Atividades Econômicas;
- 11) PLS 2524/2022; Economia Circular do plástico;
- 12) PL 6230/2019 - Dispõe sobre os Planos de Prevenção e Controle dos Desmatamentos e ações estratégicas para a prevenção, monitoramento e controle de desmatamento;
- 13) PL 6539/19 - institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC, para atualizá-la ao contexto do Acordo de Paris e à mudança do clima;
- 14) PL 6670/2016 - Institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos – PNARA;
- 15) Regulamentação da Reforma Tributária;
- 16) PEC 07/2022 - Altera o art. 188 da Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para disciplinar a destinação de florestas públicas;
- 17) PEC 504/2010 - Altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.
- 18) PL 131/2020 - Dispõe sobre o reconhecimento, proteção e garantia do direito ao território de comunidades tradicionais pesqueiras, tido como patrimônio cultural material e imaterial sujeito a salvaguarda, proteção e promoção, bem como o procedimento para a sua identificação, delimitação, demarcação e titulação.



Sala das Sessões, em de março de 2024.

Apresentação: 23/04/2024 13:34:12.980 - CLP

REQ n.55/2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD247551554800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Glauber Braga

